



DOCIÊNCIA: ENTRE ENSINAR, RESISTIR E PRODUZIR CONHECIMENTO

**Karine de Assis Oliveira Soares¹
Flomar Ambrosina Oliveira Chagas²**

¹IFG/ assis.karine@gmail.com

²IFG/ flomarchagas@gmail.com

Resumo

Neste artigo, temos como objetivo apresentar e discutir o conceito de *Dociência*, cunhado no contexto de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Jataí. A categoria surge das nossas vivências como mulheres, professoras e pesquisadoras, e propõe uma compreensão do trabalho docente como prática simultaneamente pedagógica, científica, política e social, sobretudo quando realizada por mulheres, sobretudo as mulheres negras. A partir de uma abordagem interseccional e decolonial, propomos romper com a cisão entre docência e produção científica, que historicamente subalternizou a atuação de professoras como prática intelectual. Neste sentido, o conceito de *Dociência* expressa a indissociabilidade entre ensinar e produzir conhecimento, em diálogo com a comunidade, situando o fazer docente como experiência de criação, reflexão crítica e resistência frente às múltiplas formas de opressão estruturais, entre elas, o racismo, o sexismo e o epistemicídio.

Palavras-chave: Decolonialidade. Interseccionalidade. Trabalho docente.

Notas iniciais de duas mulheres *docentes*

[...] seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. [...] estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito [...] sem cantar, sem musicar, sem pintar [...] sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.

Paulo Freire, 2018b, p. 57.

Somos professoras. Somos pesquisadoras. Somos corpo em movimento, criação, inacabamento em travessia. Reconhecemo-nos como mulheres *docentes*, porque habitamos a docência, a ciência, a extensão com a comunidade, e a arte como dimensão entrelaçada em nossa existência. Somos de muitos modos, e estar no mundo sem lidar com a própria presença não é possível, como afirmou Paulo Freire (2018b) em sua Pedagogia da Autonomia. A escrita desse artigo nasce do desejo de tratarmos nossa presença no mundo como mulheres-professoras-pesquisadoras-extensionistas, com as contradições, potencialidades e insurgências¹ que isso carrega.

¹ Conforme Danilo Streck e Cheron Moretti (2013, p. 38), a insurgência nos remete a “sujeitos lutando contra o esquecimento”.

Este artigo é um desdobramento da nossa pesquisa de doutorado, em fase de conclusão, intitulada *Mulheres na dociência: interseccionalidades e resistências*, que trata de um estudo sobre a materialidade dos efeitos das relações entre gênero, raça e classe do trabalho docente de mulheres professoras da educação pública de um município do sudoeste goiano. Nosso objetivo é apresentar e discutir a respeito do conceito de *Dociência* que surge como resultado de um longo percurso teórico, atravessado por problematizações que emergem dos nossos corpos presentes na docência, na produção científica, na educação pública e na extensão universitária. Compreender esse conceito exige refletir criticamente sobre algumas questões que foram, para nós, fundamentais nesse percurso de pesquisa, por exemplo: como se construiu, historicamente, a separação entre quem ensina e quem é legitimado a produzir ciência? O que significa negar às professoras o status de sujeitas cognitivas que produzem conhecimento? De que forma o epistemicídio impacta as professoras, sobretudo as professoras negras, no reconhecimento de seus saberes? O que nos impede de reconhecer o corpo e a experiência como fontes legítimas de conhecimento? E, por fim, de que maneira os vínculos com a comunidade e os saberes locais desafiam a lógica colonial que ainda estrutura a produção do conhecimento?

Estas problematizações representam também nosso posicionamento político e epistemológico que compreende a necessidade de romper com as fronteiras hierarquizantes que separam o trabalho docente da produção do conhecimento, da pesquisa e da extensão, bem como aquelas que deslegitimam os saberes de mulheres, especialmente mulheres negras e periféricas. A *Dociência* é uma reafirmação de que o conhecimento se produz também na escola, nos encontros com as comunidades, nas experiências corporificadas e nas práticas educativas que desafiam a lógica colonial da produção de conhecimento. Ela também questiona a cisão entre teoria e prática, e reivindica a legitimidade de epistemologias situadas e insurgentes. Trata-se de reconhecer que a produção de conhecimento não é neutra, e que nossas trajetórias, atravessadas por gênero, raça e classe, constituem também modos legítimos de saber e existir no mundo.

A *Dociência* precisa ser entendida na sua interconexão entre docência, ciência e extensão, compreendida como uma prática educativa, política e afetiva que reconhece o ato de ensinar como espaço legítimo de produção de conhecimento e transformação social. Trata-se de um conceito que rompe com a lógica fragmentária da própria docência, ao considerar que professoras da educação básica, ao ensinar, pesquisar e se envolver com suas comunidades, estão produzindo ciência situada e insurgente. A *Dociência* da escola, da escuta de vozes silenciadas, da vivência cotidiana e da articulação entre conhecimento científico e vivências

coletivas, tensionando fronteiras entre academia e comunidades locais, pesquisadora e pesquisada, entre teoria e prática. *Dociência* é o fazer a docência engajada pelo compromisso ético com a justiça social, e que assume a produção do conhecimento como um processo dialógico e coletivo.

Neste texto apresentamos os caminhos teóricos e políticos que percorremos para a elaboração do conceito de *Dociência*, a partir de uma perspectiva decolonial, interseccional, feminista e antirracista, a partir do pensamento de Paulo Freire (2015, 2018a, 2018b, 2022), bell hooks (2017, 2020, 2021) e Sueli Carneiro (2005). A presença de Paulo Freire nessa construção é importante, pois o concebemos como o maior expoente da pedagogia latino-americana decolonial, sobretudo por compreender a educação como uma ferramenta importante para a superação da colonialidade. bell hooks, professora e pensadora norte-americana, foi uma grande estudiosa de Paulo Freire, e nos fornece importantes considerações feministas e antirracistas para pensar uma prática de ensino também decolonial. Sueli Carneiro, filósofa brasileira, não pode ser desconsiderada, por mais tempo que ela já tenha sido, nos estudos sobre epistemicídio, ao abordar em sua tese de doutoramento seus impactos na educação e no cotidiano brasileiro.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, *Docência* e epistemicídio: a produção docente invisibilizada, discutimos a desvalorização histórica da docência, especialmente a exercida por mulheres, e seus vínculos com o epistemicídio e hierarquização dos saberes. Na segunda parte, Cunhando o conceito: o nascimento da *Dociência*, apresentamos as bases teóricas que sustentam o conceito, refletindo sobre a relação entre ensino, produção de conhecimento e extensão. Por fim, a terceira parte *Dociência* como prática emancipadora, propomos uma compreensão do conceito como ferramenta de resistência e criação de possibilidades, e seu potencial teórico para pesquisas futuras e práticas de ensino comprometidas com a justiça social.

***Docência* e epistemicídio: a produção docente invisibilizada**

Buscamos problematizar os mecanismos que historicamente invisibilizaram a docência como prática intelectual e denunciar como a produção docente, crítica, situada e atravessada pelas experiências vividas, têm sido marginalizadas nos espaços de produção do conhecimento. Para isso recorremos aos estudos decoloniais e interseccionais.

O pensamento decolonial é um conjunto de ideias, teorias e práticas que surge na América Latina e no Caribe, a partir de intelectuais como Aníbal Quijano (2005), Catherine

Walsh (2013) e Walter Mignolo (2017, 2019), entre outros. Esses pensadores propõem uma crítica ao modelo moderno-colonial de poder que se estrutura por meio de três eixos: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser.

A colonialidade do poder se refere às formas pelas quais o racismo foi, e ainda é, usado como ferramenta de classificação social ao racializar corpos e colocar pessoas brancas no topo da hierarquia. A colonialidade do saber denuncia como os conhecimentos produzidos fora da Europa foram desvalorizados e apagados, impondo o pensamento eurocentrado como único conhecimento legítimo. A colonialidade do ser mostra como esses processos atravessam a subjetividade das pessoas racializadas, negando sua humanidade, racionalidade e existência.

Aníbal Quijano (2005), sociólogo peruano que formulou uma compreensão de colonialidade do poder, destaca que a modernidade latino-americana foi moldada pela articulação entre dois processos centrais: a construção de hierarquias raciais entre colonizadores e povos colonizados, e o domínio sobre o trabalho e suas produções. Essa lógica constituiu-se como a forma mais eficaz e duradoura de dominação, sustentando a estrutura social dada pelo colonialismo, pois

[...] dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura do poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Aníbal Quijano, 2005, p.3).

Assim, o pensamento decolonial, além de teoria, também é práxis crítica, pois ele propõe ações para reexistir no sistema colonial, ao mesmo tempo que cria possibilidades de existência baseadas na visibilidade de conhecimentos e práticas de subjetivos subalternizados pelo colonialismo.

Ainda que o Brasil, e outros países latino-americanos, tenham passado pelo processo formal de descolonização política, permanecemos imersos em um projeto moderno-colonial que hierarquiza saberes, corpos e formas de existência. Esse projeto produziu, e ainda produz, desigualdades materiais, desigualdade de raça, gênero e conhecimento.

Nesse cenário, os aportes da interseccionalidade e do feminismo tornam-se fundamentais para analisar de que maneira as opressões relacionadas a gênero, à raça e à classe social configuram desigualdades vividas no âmbito educacional. Assim, nosso trabalho assume um posicionamento de enfrentamento às hierarquias do saber. Trata-se de buscar “negrecer,

feminilizar e descolonizar nossas perspectivas epistêmicas" (Angela Figueiredo, 2020, p. 19-20). A interseccionalidade, como produção do feminismo negro, é importe para este trabalho pois é uma

[...] ferramenta analítica dificulta explicações somente de classe para a desigualdade econômica global. Tanto a economia neoclássica aceita nos Estados Unidos quanto o pensamento social marxista mais frequentemente encontrado no cenário europeu consideram classe a categoria fundamental para explicar a desigualdade econômica. Ambas as explicações focadas somente na categoria de classe tratam raça, gênero, sexualidade, capacidade/deficiência e etnia como complementos secundários, isto é, como formas de descrever o sistema de classes com mais precisão. No entanto, ao sugerir que a desigualdade econômica não pode ser avaliada nem efetivamente resolvida apenas por meio da categoria de classe, as análises interseccionais propõem um mapa mais sofisticado da desigualdade social que vai além apenas da classe (Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, 2021, p. 34)

A invisibilização do trabalho docente no Brasil pode ser evidenciada por vários fatores estruturais e simbólicos. A desvalorização salarial, a precarização dos vínculos empregatícios, como revela o número expressivo de contratos temporários na rede estadual de Goiás, e as condições precárias de trabalho reiteram uma política de negligência com a educação pública. Conforme dados do Observatório do Estado Social Brasileiro e Observatório da Educação de Goiás, publicado em 2022, há mais de dez mil professores da rede Estadual em regime de contrato temporário.

Existem também, em nossa cultura, um imaginário social que associa a docência à vocação natural feminina (Álvaro Hypolito, 2020). Em uma matéria publicada na Revista Piauí em 2021, intitulada Professores ganham 12% a mais que professoras no Brasil, é revelado que a desigualdade de gênero se materializa de forma estruturada da educação, mesmo em um campo predominantemente ocupado por mulheres. Embora as professoras sejam maioria, seus salários continuam inferiores aos dos professores homens. A disparidade é ainda mais acentuada na educação infantil, alcançando a diferença de 25%. Esses dados são uma evidência de que a desvalorização do trabalho docente é atravessada por fatores econômicos e de gênero. O fato de as mulheres estarem em maior presença nos níveis iniciais da educação e em regiões menos favorecidas economicamente evidencia um padrão estrutural de hierarquização do trabalho, quando funções atribuídas às mulheres são menos valorizadas. É nesse sentido que a desigualdade entre professoras e professores não pode ser analisada fora do contexto histórico e social de um país marcado pela herança patriarcal, colonial e capitalista.

Essa desvalorização é também parte de um processo mais amplo de apagamento

epistêmico que opera sob as lógicas da colonialidade do poder, do ser e do saber. O epistemicídio, entendido como extermínio sistemático dos saberes, vozes e experiências que não correspondem ao padrão eurocentrado, branco, masculino e elitizado de conhecimento, atravessa o cotidiano escolar e acadêmico, que também desvaloriza os conhecimentos produzidos por mulheres professoras. Ao mesmo tempo que mulheres ensinam, pesquisam, escrevem, constróem redes comunitárias de diálogos, elas são impedidas de se reconhecerem como sujeitas cognitivas

A lógica do epistemicídio, enquanto estratégia da colonialidade do saber, atua apagando saberes de origem não eurocentrada e naturalizando desigualdades históricas por meio de dispositivos simbólicos estruturais (Sueli Carneiro, 2005). No contexto brasileiro, esse processo se manifesta na forma como o mito da democracia racial é sustentado, apagando a violência colonial por trás da miscigenação. Conforme Sueli Carneiro (2005, p. 97)

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimização do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc.

A indigência cultural se consolida como uma operação simbólica de apagamento identitário que desarticula a afirmação da negritude, dificultando o reconhecimento das desigualdades raciais. O mito da democracia racial sustenta a invisibilidade das mulheres, sobretudo as negras, nos espaços de produção de conhecimento, restringindo suas possibilidades de se reconhecerem como produtoras de saberes. Trata-se, portanto, de uma dominação que opera tanto na estrutura quanto na subjetividade, forjando um imaginário que inferioriza intelectualmente aquelas que não correspondem ao padrão de científicidade branco, masculino e europeu.

No campo da docência no Brasil, o epistemicídio se traduz na recorrente desqualificação dos saberes produzidos por mulheres dentro e fora das universidades. A negação histórica de sua autoridade epistêmica reforça a marginalização de suas práticas pedagógicas e compromete sua autoestima intelectual e sua presença em espaços científicos.

Nesse contexto, a *Dociência* surge como resposta a essa violência epistêmica, afirmando que o ensinar, o pesquisar e o intervir no mundo, inclusive por meio da extensão universitária, são práticas indissociáveis, tecidas a partir de corpos e experiências historicamente subalternizadas.

Cunhando um conceito: o nascimento da *Dociência*

Recuperar a docência como um espaço legítimo de produção de conhecimento é também insurgir contra o epistemicídio que tenta silenciar vozes de quem ensina com o corpo, com a história e com a comunidade. Assim, *Dociência* é um conceito e um gesto político de afirmação de saberes negados, uma recusa à indigência cultural, e um chamado para a reconstrução de epistemologias plurais.

Ao formularmos o conceito de *Dociência*, propomos uma nova perspectiva sobre o exercício docente, reconhecendo sua profunda e indissociável relação com a construção do conhecimento, e a construção de comunidades que extencionam conhecimentos. É preciso saber que “ensinar não é transferir conhecimento” (Paulo Freire, 2018b, p. 47), trata-se de ação criativa, reflexiva e comprometida com a transformação da realidade. Do mesmo modo, a produção científica não pode ser concebida como algo desconectado das vivências e práticas sociais. Docência, ciência e extensão dialogam e se fortalecem mutuamente, e é justamente nessa confluência, nessa troca mútua, que se anora a proposta da *Dociência*.

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutante. [...] é o encontro de seres humanos que pronunciam o mundo [...] é um ato de criação. (Paulo Freire, 2018a, p. 109-110).

A dimensão dialógica da *Dociência* transpassa os limites da construção do saber na medida em que cria espaços de trocas que abrem fissuras nas estruturas coloniais de poder, do ser e do saber, confrontando estigmas e rejeitando as lógicas de opressão e silenciamento, “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os seres humanos ganham significado enquanto seres humanos” (Paulo Freire, 2018a, p. 109). É também uma forma de pensar em outros modos de ser e existir na escola. Nesses atravessamentos entre ensino, pesquisa e extensão, professoras e pesquisadoras encontram no diálogo a possibilidade de criar práticas educativas engajadas na libertação de mentes aprisionadas pela lógica colonial, reconhecendo-se como sujeitas em constante devir.

Ao discutir o papel transformador do diálogo na superação das desigualdades, bell hooks (2017) destaca a urgência de uma educação que confronte, de maneira crítica, as opressões marcadas por raça, classe, gênero e outras formas de exclusão. Na perspectiva da *Dociência*, o diálogo torna-se um princípio fundamental, capaz de articular a prática docente a extensão universitária, no sentido do diálogo com a comunidade, e a produção do conhecimento, promovendo escuta e acolhimento da diversidade, promovendo escuta de vozes historicamente silenciadas. A *Dociência* é também luta antissexista e antirracistas, é considerar que

[...] alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos padrões sobre os empregados. Qualquer descriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. (Paulo Freire, 2018b, p. 59).

A *Dociência* é um movimento contínuo de busca por sentidos no mundo, e de caráter investigador, e inquietante. Essa inquietação não se restringe a conteúdos ensinados, mas abrange uma reflexão sobre a própria prática docente, os contextos nos quais ela se insere e as possibilidade de reinvenção do mundo. Ela é antissexista, antirracista, anticapitalista, antietarista, etc. Nesse sentido, destacamos uma reflexão importante de Paulo Freire (2015)

O meu problema contra as pessoas racistas não é com a cor de sua pele, mas com a cor de sua ideologia. Da mesma forma, a minha dificuldade com o machista não é com seu sexo, mas com sua ideologia discriminatória. Repitamos não fazer parte da natureza ou da ontologia do ser humano ser racista ou ser machista; ser progressista ou ser reacionário. Ao contrário, da natureza humana faz parte a vocação para o ser mais, que é incompatível com não importa que forma de discriminação. (Paulo Freire, 2015, p. 77)

A pesquisa e a produção do conhecimento não podem ser compreendidas de modo isolado da vida concreta e da vida em comunidade, ela exige engajamento, análise crítica e compromisso com a transformação, consolidando sua função libertadora ao lado da docência. Investigar o mundo não pode ser um exercício solitário, mas um processo vivo, coletivo e relacional, que se constrói na interação entre pessoas e na escuta da realidade social. É extremamente perigoso para a *Dociência* a perda do sentimento de comunidade, tanto em nível escolar, quanto em nível acadêmico (bell hooks, 2021).

Em suma, para a compreensão da *Dociência* é necessário levar em consideração três princípios fundamentais: 1) a indissociabilidade entre ensinar, pesquisar e extensionar,

reconhecendo que o ensino e a pesquisa atuam junto à comunidade de forma integrada, não se limitando a sala de aula; 2) a valorização dos saberes situados e das experiências corporificadas, rompendo com a lógica hierárquica da produção de conhecimento; 3) compromisso com a transformação social e a justiça epistêmica, ao se posicionar contra o epistemicídio, buscando tornar visíveis as vozes silenciadas no ensino, pesquisa e extensão.

O que é, afinal, *Dociência*? É o conceito que comprehende a inseparabilidade entre docência, ciência e extensão, entendendo que ensinar, pesquisar e atuar junto à comunidade são dimensões que se interconectam e se fortalecem mutuamente. A *Dociência*, nesse sentido, não se reduz ao ato de transmitir conhecimentos já estabelecidos, mas se realiza como prática investigativa e criadora. A ciência, por sua vez, não é vista como produção isolada nos muros da academia, mas como construção coletiva e situada, que se renova a partir das trocas com estudantes e comunidades. A extensão integra e expande esse movimento, afirmando a universidade como espaço de diálogo com a sociedade, onde saberes acadêmicos e populares se encontram e se transformam.

Assim, a *Dociência* propõe uma epistemologia de resistência que rompe com a lógica fragmentada das práticas acadêmicas, valorizando a produção de conhecimentos que nascem das vivências docentes, da pesquisa comprometida e da ação comunitária. É, portanto, um conceito que afirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como prática científica, pedagógica e política.

Considerações finais: *Dociência* como prática emancipadora

Reafirmamos o conceito de *Dociência* como uma proposição que emerge da insurgência dos corpos docentes que ensinam, pesquisam e extensionam saberes a partir de suas próprias existências e vivências. Ao cunhá-lo, propusemos um modo de nomear e valorizar práticas historicamente deslegitimadas, sobretudo quando protagonizada por mulheres, por pessoas negras, por pessoas periféricas, por trabalhadoras e trabalhadores das redes públicas de ensino. *Dociência*, assim, é resistência ao epistemicídio, a fragmentação dos saberes e à lógica colonial de produção de conhecimento.

Dociência é uma prática de criação de mundos. Uma forma de reinventar e ressignificar à docência como lugar de pensamento, de teoria, prática, escuta, produção de ciência, diálogo e compromisso ético-político com a justiça social. Também é uma forma de esperançar.

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscassem sem esperança. (Paulo Freire, 2018b, p. 70).

Ao reconhecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e promover extensão, propomos uma compreensão ampliada do trabalho docente como prática transformadora, implicada com os processos coletivos de luta e invenção. Acreditamos que a *Dociência* oferece uma contribuição teórica significativa para pesquisas futuras interessadas em investigar as intersecções entre gênero, raça, trabalho docente, produção de saberes e os impactos da colonialidade nas práticas educacionais. A potência do conceito está na capacidade de inspirar práticas pedagógicas que rompem com o tecnicismo e a neutralidade.

Como prática teórico-científica, a *Dociência* contribui para novos horizontes de pesquisas engajadas, de formação docente conectada com os territórios, e de uma universidade que reconhece a pluralidade epistêmica como condição para sua existência. Que esta seja uma das muitas vozes que continuarão a surgir, inventando outras linguagens, práticas e modos de fazer ciência com os pés na escola, os olhos da comunidade e o coração na transformação do mundo.

Agências de fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

Referências

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 339 f. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 6 ago. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, [S.L.], v. 12, n. 29, p. 1-24, 1 maio. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 57 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

GORZIZA, Amanda; PILTCHER, Antônio S; BUONO, Renata. Professores ganham 12% a mais que professoras no Brasil. **Revista Piauí**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/professores-ganham-12-mais-que-professoras-no-brasil/>. Acesso em: 4 ago. 2025.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Tradução: Kania Cardoso São Paulo: Elefante, 2021.

hooks, bell. **Ensinando o pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/tempYC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 2 abr. 2025.

OBSESTADOSOCIAL. Observatório do Estado Social Brasileiro e Observatório da Educação de Goiás. **Estudos Conjunturais - Déficit de profissionais da educação na Rede Pública Estadual de Goiás**. 2022. Disponível em: http://obsestadosocial.com.br/obs/wpcontent/uploads/2022/04/D%C3%A9ficit-de-profissionais-daeduca%C3%A7%C3%A3o_RELATORIO.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialismo do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Perspectivas Latinas Americanas, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.